



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## EDITAL

### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

**Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária.**

Empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ nº: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Responsável por contato: \_\_\_\_\_

Declaro que obtivemos nesta data através da internet, integralmente o instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo a Divisão de Suprimentos, preferencialmente pelo e-mail: [compras@cosmopolis.sp.gov.br](mailto:compras@cosmopolis.sp.gov.br).

A não remessa do recibo exime a Prefeitura do Município de Cosmópolis da responsabilidade da comunicação por e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026**

<b>OBJETO</b>	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária.
<b>UNIDADE REQUERENTE</b>	Secretaria de Saúde; Secretaria de Segurança Pública e Trânsito e Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária.
<b>INÍCIO DO CADASTRO E PROPOSTA INICIAIS:</b>	24/06/2026 às 09:00h ( <u>horário de Brasília</u> )
<b>TÉRMINO DO CADASTRO E PROPOSTA INICIAIS:</b>	07/07/2026 às 09:01h ( <u>horário de Brasília</u> )
<b>DATA E HORÁRIO DA SESSÃO</b>	07/07/2026 às 09:02h ( <u>horário de Brasília</u> )
<b>REGIMENTO</b>	<u>Lei Federal nº 14.133/21</u>
<b>FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTO</b>	Sistema de Ata de Registro de Preços
<b>VIGÊNCIA</b>	12 (doze) meses
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	“MENOR PREÇO GLOBAL”
<b>BENEFÍCIO A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06</b>	Ampla Participação
<b>MODOS DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>RITO PROCEDIMENTAL:</b>	Comum
<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>	60 (sessenta) dias
<b>PLATAFORMA ELETRÔNICA:</b>	<u><a href="http://www.novobmnet.com.br">www.novobmnet.com.br</a></u>
<b>PREGOEIRO(A):</b>	Sra. Camilla Versuri Filipov E-mail: <u><a href="mailto:compras@cosmopolis.sp.gov.br">compras@cosmopolis.sp.gov.br</a></u>
<b>MAIORES INFORMAÇÕES:</b>	Setor de Compras e Licitações, localizado na rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis/SP, CEP: 13.150-027. Telefone PABX: (19) 3812.8000.

***Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) PREGOEIRO(A) em sentido contrário.***



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## Sumário

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	4
2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO .....	5
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
4. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
6. DA PROPOSTA READEQUADA.....	10
7. DA HABILITAÇÃO.....	11
8. DA FORMA DE ENVIO PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SEM ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO DIGITAL.....	14
9. RECURSOS .....	14
10. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS .....	15
11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	15
12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	15
13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
14. DA GARANTIA .....	18
15. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO.....	18
16. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO.....	19
17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	19
18. DAS SANÇÕES.....	20
19. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO .....	21
20. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22
21. DOS ANEXOS AO EDITAL.....	23



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O **Município de Cosmópolis**, inscrito no CNPJ nº 44.730.331/0001-52, com Paço localizado na Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis/SP, através do Prefeito Municipal, o **Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação sob o rito procedimental Comum, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, o qual será processado e julgado em conformidades com as Leis e Decreto, a saber:

1.1.1. Decreto Municipal nº 6.601/26;

1.1.2. Lei Federal nº 14.133/21;

1.1.3. Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

1.1.4. Lei Federal nº 14.063/20;

1.1.5. Lei Federal nº 12.690/12;

1.2. Lei Federal nº 14.063/20.

1.3. A plataforma utilizada para a sessão pública do Pregão Eletrônico adotada por este Município é a **BBMNET** ([www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)), de modo que o sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

1.4. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas	
Início	Término
Data/Horário	Data/Horário
24/06/2026 às 09h00	07/07/2026 às 09h01min

Início da Sessão Pública
07/07/2026 às 09h02 min

1.4.1. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) PREGOEIRO(A) em sentido contrário.

1.5. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.6. O pregão, na forma eletrônica, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

1.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.8. ESTE EDITAL PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NOS SEGUINTE MEIOS, A SABER:

1.8.1. Divisão de Suprimentos, sito na Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis/SP - 13150-025, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado;

1.8.2. Site da Prefeitura do Município de Cosmópolis - [www.cosmopolis.sp.gov.br](http://www.cosmopolis.sp.gov.br);

1.8.3. Portal Nacional Compras Públicas – **PNCP**;

1.8.4. Por solicitação através do e-mail [compras@cosmopolis.sp.gov.br](mailto:compras@cosmopolis.sp.gov.br);

1.8.5. **BBMNET** – Bolsa Brasileira de Mercadorias, sito na Rua São Bento, 470 – 14º andar em São Paulo SP, Fone: (11) 3181-8214, WhatsApp (11) 99837-6032 e site: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br);



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

1.7.5.1. O **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso da plataforma eletrônica, ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes.

1.7.5.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso a plataforma eletrônica, poderá ser esclarecida através do contato conforme item 1.7.5. supracitado.

1.9. A não remessa do Recibo de Retirada de Edital exime o Município de Cosmópolis da responsabilidade da comunicação por e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

1.10. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança em todas as suas fases através da plataforma eletrônica indicada no item 1.2 deste Edital.

1.11. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público do Município de Cosmópolis, denominado **PREGOEIRO(A)**.

1.12. O(A) **PREGOEIRO(A)** poderá, no julgamento da proposta e habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

## 2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária**, para suprir/atender a necessidade de cada Secretaria solicitante mencionada. As especificações mínimas detalhadas do objeto deste Edital constam no Termo de Referência e demais anexos deste Edital no qual fazem parte integrante.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:

3.1.1. Os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço <https://novobbmnet.com.br>.

3.1.2. No ramo de atividade pertinente ao objeto da Ata de Registro de Preços que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.3. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o(a) Município de Cosmópolis, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d) deste item. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;

b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal, social e trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira, se o caso. Não será admitida, contudo, se o caso, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na de execução do objeto.

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração da Ata de Registro de Preços.

f) As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise do Município de Cosmópolis, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da Ata de Registro de Preços, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

g) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pelo Município de Cosmópolis, e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, e se o caso, a comprovação de que o consórcio



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

h) Se o caso, o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para habilitação econômico-financeira;

3.1.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa, **vedado quando não atender ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.**

3.1.5. Empresas licitantes optantes e enquadradas a Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14.

## 3.2. ESTÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:

3.2.1. Que estejam cumprindo penalidade de impedimento para licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS** nos termos do **inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;**

3.2.2. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do **art. 156, IV da Lei Federal nº 14.133/21** e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.

3.2.3. De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no **art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.**

3.2.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do objeto agente público do órgão ou entidade Órgão Gerenciador, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.12. Estrangeiras que não funcionam no País.

3.2.13. Entidades e Associações sem fins lucrativos.

3.2.14. O impedimento de que trata o item 3.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.15. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.4 e 3.2.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da Ata de Registro de Preços, de execução da licitação ou de gestão da Ata de Registro de Preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.16. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.17. O disposto nos itens 3.2.4 e 3.2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da CONTRATADA a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.18. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

3.2.19. A vedação de que trata o item 3.2.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da licitação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

4.2. O acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma **BBMNET Licitações**.

4.3. As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma **BBMNET** no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

4.3.1. O LICITANTE INTERESSADO PODERÁ UTILIZAR FILTROS DE BUSCAS E SELECIONAR O LOTE/ITEM DE INTERESSE E, POSTERIORMENTE PREENCHER OS CAMPOS EXIGIDOS NO SISTEMA E FINALIZAR NO COMANDO “**ENVIAR PROPOSTA**”.

4.3.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

4.3.3. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o recebimento das propostas, atentando também para a data e horário para início da sessão pública.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de propostas.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e demais anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

4.12. O licitante deverá constar em sua proposta, **o valor e a descrição detalhada do objeto** ofertado de forma clara e sem abreviatura, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, sob pena de **desclassificação** do lote/item.

4.12.1. A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do lote/item.

4.12.2. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.12.3. Quando for exigido pelo(a) PREGOEIRO(A), o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível na plataforma eletrônica.

4.12.4. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** dos produtos ou serviços ofertados. A não inserção de arquivos ou informações, contendo as especificações dos produtos neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

4.13. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

4.14. Os licitantes **NÃO** poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para licitação, sob pena de desclassificação.

4.15. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.15.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

4.15.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o Edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.15.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.15.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.15.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991;

4.15.6. Está ciente e não se enquadra em nenhuma das hipóteses impeditivas da Lei 14.133/2021, em especial as descritas no art. 14 e art. 9º, § 1º e 2º.

4.16. Além do especificado no item 4.15. e subitens, deverá apresentar as declarações conforme item 7.9.5 deste Edital, junto com os documentos de habilitação.

4.17. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.18. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.18.1. No caso de item/lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.18.2. Nos casos em que os itens/lotos cujo a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.19. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.15 ao 4.18, como também os documentos do item 7.9.5, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.20. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes participantes, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

4.22. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4.24. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.25. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.25.1. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A partir do horário previsto neste Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

5.1.1. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao(a) PREGOEIRO(A) a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes/itens da mesma licitação.

5.2. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

5.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. **Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL, de modo que os lances deverão ser ofertados pelo MENOR PREÇO GLOBAL.**
- 5.8. Na etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **ABERTO**.
- 5.9. A etapa de lances para cada item na sessão pública terá duração de **00h:10m (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **00h:02m (dois minutos)** do período de duração da sessão pública.
- 5.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **00h:02m (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 5.13. No caso de desconexão com o(a) **PREGOEIRO(A)**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) **PREGOEIRO(A)**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, através de comunicado que será disponibilizado no chat da plataforma eletrônica.
- 5.15. O fechamento da etapa de lances ocorrerá mediante aviso emitido pela plataforma eletrônica e a sessão será automaticamente encerrada.
- 5.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) **PREGOEIRO(A)** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 5.19. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.23. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.24. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 5.24.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.24.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.24.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.24.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2. Empresas brasileiras;

5.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) **PREGOEIRO(A)** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) **PREGOEIRO(A)** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.29. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

## 5.30. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus anexos;

b) **Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação (antes e durante a fase de lances).**

c) Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente.

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, apresentada no prazo de **2h (duas horas), sob pena de desclassificação;**

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

f) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.30.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.30.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.30.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.31. Se exigido garantia, será requisitado garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.32. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, conforme alínea “d” do item 5.30 deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

5.33. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta observado os itens subsequentes. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.33.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.33.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 6. DA PROPOSTA READEQUADA

6.1. O(a) **PREGOEIRO(A)** solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que no **prazo máximo de até 2h (duas horas)**, adeque no sistema os valores unitário(os) e total, como também, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada devidamente assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil e documento de constituição da empresa e documento de seu representante e ou procurador, nos termos da Lei, em campo próprio do sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

6.2. **A proposta como o valor readequado** deve ser elaborada conforme modelo de formulário de proposta (**ANEXO III**), redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável.

6.3. A **proposta readequada** deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, obrigatoriamente:

a) **Relação dos itens da licitação**, devidamente preenchida, contendo preços unitários e totais para cada um dos serviços ofertados, contendo no final o valor total da proposta, **com aproximação de no máximo 2 (duas) casas decimais**;

b) Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

c) **Se exigido, eleger qual modalidade de garantia da contratação que pretende oferecer das indicadas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021**; e,

d) Se exigido a indicação de marca e modelo dos produtos ofertados ou a procedência, se possível quando não exigido, anexar catálogos, folder e ou prospectos do item ofertado.

6.4. Os preços propostos deverão incluir taxas ou despesas adicionais tais como transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

6.5. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, nestes incluídos todos os custos necessários à prestação do objeto licitado na forma estabelecida no contrato, incluindo todos os serviços, tributos incidentes, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A omissão da condição prevista acima implicará na desclassificação da proposta. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.8. O(A) **PREGOEIRO(A)** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a Contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.8.1. Certidão de apenados de impedimento de Contrato/Licitações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

6.8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a qual já inclui, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

6.8.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

6.8.4. Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2::>.

6.9. **A consulta aos cadastros citados no item 6.8 deste Edital, será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de julho de 1992.**

6.10. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.10.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.10.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

6.10.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado/inabilitado, por falta de condição de participação.

6.11. O não cumprimento das condições de participação, acarretará a desclassificação/inabilitação do licitante, bem como nas sanções previstas neste Edital, podendo o(a) Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de negociação e considerada aceitável a oferta de menor valor através da proposta readequada, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, o comando para Inserção dos documentos de Habilitação, conforme a íntegra do presente item (Item 7).



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

7.1.1. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste Edital será de 2h (duas horas), a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos no sistema, sujeito a inabilitação, caso não faça no tempo determinado.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) **PREGOEIRO(A)** obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

7.3. A verificação pelo(a) **PREGOEIRO(A)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova validade do documento, para fins de habilitação.

7.4. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado.

7.5. Os documentos apresentados sem assinatura digital e autenticação digital da empresa vencedora deverão ser encaminhados na forma dos itens 8 e 10 deste Edital.

7.6. Os documentos relativos à habilitação, que não possuem prazo de validade, deverão ter sido expedidos no máximo com antecedência de 90 (noventa) dias.

7.7. Nos casos de consórcio os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme o item 3.1.3 deste Edital, na forma que preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

7.9. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do presente **PREGÃO** são os seguintes:

## 7.9.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/12;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

## 7.9.2. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal todas do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

c.1) Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL relativa aos Tributos Federais e a débitos inscritos em Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c.2) Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, relativo aos Tributos Estaduais inscritos em Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

c.3) Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, relativo aos Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa (Certidão Negativa de Débitos Referentes à Tributos Mobiliários), expedida pelo município;

c.4) No caso da certidão de Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal ter sido emitida antes de 03 de novembro de 2014, a licitante deverá ainda apresentar prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa ou da CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (Lei Federal nº 8.212/91).

d) Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei Federal nº 9.012/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

e) Prova de Regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

f) Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas vigentes.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## 7.9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de ATESTADO(S) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já executou, satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independente de quantitativo.

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante, se possível acompanhado da emissão da Nota Fiscal.

a.2) Caso a empresa vencedora do certame não apresente a devida Nota Fiscal referente a comprovação de aptidão, o(a) PREGOEIRO(A) poderá realizar durante a sessão diligência para constatação da sua autenticidade.

b) **Apresentar Original ou cópia autenticada da LICENÇA DE FUNCIONAMENTO – VIGILÂNCIA SANITÁRIA (vigente) – emitida pelo órgão competente.**

c) **Apresentar Original ou cópia autenticada do ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO (vigente) – emitido pelo órgão competente.**

## 7.9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão de no máximo, 90 (noventa) dias.

a.1) Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da **Súmula 50** do Tribunal de Constas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no Edital.

b) Possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado, comprovada por meio do CNPJ;

c) Apresentar Alvará de Funcionamento e Licença Sanitária vigente expedida pelo Órgão Competente.

## 7.9.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei (**conforme modelo – ANEXO IV**), artigo 67, VI, Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração de que o(a) proponente cumpre integralmente a norma contida na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei (**conforme modelo – ANEXO V**), artigo 68, VI, Lei nº 14.133/21;

c) Termo de opção e declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil em observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 (**conforme modelo – ANEXO VI**);

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21 (**conforme modelo – ANEXO VII**);

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21, (**conforme modelo – ANEXO VIII**);

f) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, como também, que não foi declarado inidôneo para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas, (**conforme modelo – ANEXO IX**).

## 7.10. DA REGULARIDADE FISCAL DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

7.10.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedores Individuais, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

7.10.2. Caso a documentação apresentada pela microempresa, empresa de pequeno porte e Microempreendedores Individuais contenha alguma restrição relativa à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.10.2.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal, social e trabalhista fica concedido um prazo de **5 (cinco) dias úteis** à microempresa, empresa de pequeno porte e Microempreendedores Individuais, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo (a) **PREGOEIRO(A)**.

7.10.2.2. A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo estabelecido no item anterior, implicará decadência do direito à Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no inciso I do parágrafo 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **7.11. DEMAIS INFORMAÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO**

7.11.1. Se o(a) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.2. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas – artigo 64, I e II, Lei Federal nº 14.133/21;

7.11.3. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o(a) **PREGOEIRO(A)** considerará a proponente HABILITADA.

## **8. DA FORMA DE ENVIO PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SEM ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

8.1. Os documentos inseridos na plataforma eletrônica relativos à habilitação e Proposta Readequada sem assinatura digital e autenticação digital da empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas em cartório competente no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, improrrogável, contados da data da sessão pública virtual, no seguinte endereço, a saber:

8.1.1. Divisão de Suprimentos, localizado na Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro em Cosmópolis/SP - CEP: 13.150-027.

8.1.2. A municipalidade não se responsabilizará pelos documentos enviados pelo correio.

8.2. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e proposta na íntegra dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o(a) **PREGOEIRO(A)** convocar a empresa licitante classificada em 2º (segundo) lugar ou até mesmo os lances subsequentes sucessivamente até a aceitação do lance.

8.3. A documentação para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

## **9. RECURSOS**

9.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

9.2. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) **PREGOEIRO(A)** poderá fazê-lo no **prazo de 30 (trinta) minutos**, através do seu representante, manifestando sua intenção na plataforma eletrônica com a devida motivação, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer no prazo concedido na plataforma eletrônica importará a preclusão do direito de recurso.

9.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o(a) **PREGOEIRO(A)** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

9.5. O recurso dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

9.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.8. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser obrigatoriamente inseridas na plataforma eletrônica ([www.novobmnet.com.br](http://www.novobmnet.com.br)).

9.9. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/21.

## 10. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

10.1. Os documentos que se fizerem necessários à apresentação de cópia serão aceitos nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Cópia autenticada em cartório competente;

10.1.2. Cópia com autenticação digital (via impressa) com a Declaração de Serviço de Autenticação Digital;

10.1.3. Autenticação feita pelo(a) **PREGOEIRO(A)** ou por servidor integrante da equipe de apoio Do Município de Cosmópolis, com a apresentação do original, podendo ser efetuada em horário expediente, na Divisão de Suprimentos, situada na Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis/SP, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.2. Em hipótese alguma serão aceitos documentos autenticados de maneira diversa ao supracitado.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. Após a homologação do processo licitatório, será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a devida publicação do Extrato no Semanário Eletrônico Municipal.

## 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2024, a saber:

### 12.1.1. Saúde Epidemiológica:

011004.1030500072.082.02.3030012.3.3.90.00.00-1246

011004.1030500072.082.05.3030005.3.3.90.30.00.00-1273

011004.1030500072.082.05.3030003.3.3.90.30.00.00-734

### 12.1.2. Saúde Vigilância Sanitária:

011004.1030500072.081.02.3030006.3.3.90.30.00.00-1274

011004.1030500072.081.05.3030006.3.3.90.30.00.00-1247

011004.1030500072.081.05.3030006.3.3.90.30.00.00-1275

### 12.1.3. Secretaria de Segurança Pública e Trânsito:

010801.0618100042.055.3.3.90.30.01.110.0000-170

### 12.1.4. Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária:

011102.0824400082.034.3.3.90.30.05.5000025-982

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

## 13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. As obrigações decorrentes deste Pregão consubstanciar-se-ão em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta consta do ANEXO X deste Edital.

13.2. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

13.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

13.4. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

13.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.5.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original.

13.5.2. Na prorrogação da Ata de Registro de Preços o DETENTOR deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação exigidos neste Edital (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, como também, Qualificação Econômico-Financeira).

13.6. Os preços registrados inicialmente poderão ser reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste, respeitando a contagem da anualidade, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA publicado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

13.6.1. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela detentora da Ata de Registro de Preços.

13.6.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.6.3. O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

13.6.4. Considera-se data-base do orçamento estimado, para efeito de reajuste, a data da planilha de cotação de preços para compras/contratações, ou caso, do último orçamento coletado.

13.6.5. **Nesta Licitação, a data-base vinculada a do orçamento estimado (Coleta de Preços):**

- a) **12 de março de 2026 – Cotação de Preços nº 000052/2026 – Secretaria de Saúde;**
- b) **10 de março de 2026- Cotação de Preços nº 000087/2026- Secretaria de Segurança Pública;**
- c) **12 março de 2026-Cotação de Preços nº 000055/2026- Promoção Social.**

## 13.7. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.7.1. O(s) licitante(s) vencedor(es) do certame deverá(ão) assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.

13.7.1.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.7.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada digitalmente, através de assinatura digital certificada na forma da Lei Federal nº 14.063/20.

13.7.3. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou o(s) contrato(s) ou aceitar/retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s) dela decorrente(s), observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item DAS SANÇÕES e subitens.

13.7.4. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para o(s) contrato(s) dela decorrente(s) ou para a retirada da(s) Nota(s) de Empenho(s), a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o Representante Legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

**13.7.5. Na assinatura da Ata de Registro de Preços deverá o representante da licitante que assinará, apresentar a Declaração de Atualização Cadastral (CadTCESP), conforme manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

## 13.8. DA DIVULGAÇÃO

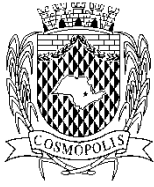
13.8.1. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizada e a devida publicação do Extrato no Semanário Eletrônico Municipal.

## 13.9. DA REVISÃO DE PREÇOS

13.9.1. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR convocar a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para estabelecer o novo valor a menor daquele registrado.

13.9.1.1. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.9.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, será facultado a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR, antes do pedido de fornecimento, o cancelamento do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente impossibilite o cumprimento do compromisso.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

13.9.2.1. Para fins do disposto no presente subitem (subitem 13.9.), deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

13.9.2.2. Na hipótese de o pedido de cancelamento da Ata ocorrer após a emissão do pedido de fornecimento, responderá a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA pelo cumprimento da parcela solicitada.

13.9.2.3. Caso não demonstrada prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA ficará obrigada a cumprir as obrigações pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Ata de Registro de Preços, neste Edital e seus anexos.

13.9.2.4. Enquanto as solicitações de revisão do preço registrado estiverem sob a análise do ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento referente à(s) Ordem(ns) de Fornecimento emitida(s) antes da data do protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

13.9.2.4.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

## 13.10. DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E EXTINÇÃO

13.10.1. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está obrigada a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

13.10.2. A contratação com a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será formalizada pela Divisão de Suprimentos a Secretaria requisitante por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, de autorização de compra, de ordem de serviço/fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.10.3. O instrumento contratual observará, no que couber, o disposto no artigo 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.10.4. O contrato advindo da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, devendo ser observado o item 13.10.7.2 deste Edital.

13.10.5. O contrato advindo da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.10.6. A extinção mencionada no item 13.10.5 poderá ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá se dar em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

13.10.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

13.10.7.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item 13.10.4. decorrer de culpa do contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

13.10.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção **se não restringir sua capacidade de concluir a Ata de Registro de Preços/Contrato**;

13.10.8.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

## 13.11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.11.1. A DETENTORA DA ATA terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar ou deixar injustificadamente a respectiva nota de empenho, Ata de Registro de Preços, instrumento equivalente ou não assinar o contrato advindo da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;
- f) Ocorrer à dissolução da sociedade;
- g) Ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de Registro de Preços;



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

h) Sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, paralisar o fornecimento.

i) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

13.11.2. A DETENTORA DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

13.11.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que devidamente comprovados e justificados:

I. Razões de interesse público;

II. Cancelamento de todos os preços registrados; ou

III. Caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

13.11.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços/Contrato poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.

13.11.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

13.11.6. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, após formalizado por decisão do Prefeito Municipal.

## 14. DA GARANTIA

14.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente certame.

## 15. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

15.1. A execução dos serviços/aquisição será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

15.2. A execução dos serviços/aquisição objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização e gestor, pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme item 17.10.

**15.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:** Setor de Transportes e Ambulâncias e Unidade de Vigilância Zoonoses Ambiental: A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pelo Sr. Edimar Lopes de Almeida, Cargo: Supervisor de Combates as Endemias, CPF nº: 140.269.548-97 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pela Sra. Sirlei Claudino de Oliveira Domingos, Cargo: Agente Comunitário de Saúde, CPF nº: 173.586.606-38.

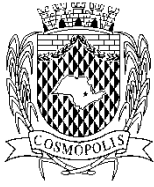
**15.4. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO:** A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Daniele Aparecida de Paula Costa, Cargo: Guarda Municipal, CPF: 374.333.038-55 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pelos: Sr. Irineu Alves Barbosa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 077.266.598-23 e pelo Sr. Raimundo Osmar de Oliveira Costa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 625.964.624-00.

**15.5. SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA:** A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Francisca de Assis da Silva Oliveira, Cargo: Secretária de Promoção Social e Ação Comunitária, CPF: 296.596.088-02 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pela Sra. Ana Paula Marques Alvarenga, Cargo: Assistente Social, CPF: 043.280.036-07.

15.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pelo DETENTORA DA ATA e ou mediante a demanda das aquisições, sendo tal relatório submetido à fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados/aquisições a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de Fatura ou Nota Fiscal/Fatura.

15.5. Havendo inexecução de serviços/aquisição, o valor respectivo será descontado da importância mensal/pedido devido à DETENTORA DA ATA/CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

15.6. O recebimento e aceite do objeto pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da DETENTORA DA ATA/CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços/aquisição, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, verificadas posteriormente.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

15.7. O objeto será recebido consoante as disposições do art.140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

## 16. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. O(s) item(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com o instrumento pactuado, podendo, o **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**.

16.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

16.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto no prazo previsto no Termo de Referência.

16.4. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista neste item.

16.5. O uso pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de efetuação do recebimento definitivo e nem exonerará a das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

16.6. A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

16.7. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta de que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

16.8. O **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e dar outras providências para perfeita execução, arcando a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora e gestora do Município.

16.9. O recebimento pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

## 17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do objeto e entrega, após o recebimento provisório e definitivo ambos atestados pelo Fiscal, Gestor e Secretário(a) da Pasta.

17.1.1. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

17.1.2. No documento Fiscal/Fatura deverá constar o número do Processo Administrativo, número do Pregão e número da Ata de Registro de Preços/Contrato, sob pena da devolução do documento e objeto, que será encaminhado à Secretaria Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

17.1.3. A **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

17.1.4. Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

17.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** das responsabilidades da Ata de Registro de Preços/Contrato, nem implicarão na aceitação do objeto.

17.3. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

17.4. Nenhum pagamento será efetuado a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.5. Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislações vigentes.

17.6. Correrão por conta da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços/entrega do objeto.

17.7. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**.

17.8. O **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

17.9. A Fiscalização do **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

17.10. Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme exigido no presente.

17.11. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA**, esta terá direito à correção monetária *pro-rata die*, pelo índice IPCA (IBGE), entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** em até 10 (dez) dias corridos do efetivo pagamento.

## 18. DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 o **LICITANTE** ou a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** que:

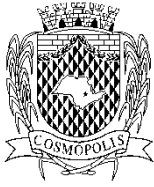
- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

18.2. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 18.3.

18.3. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o Órgão Gerenciador/CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.3 observará os seguintes parâmetros:



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

18.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.4.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

18.4.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**;

18.4.4. 0,1% (um décimo por cento) do valor da Ata de Registro de Preços/Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE** a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.4.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

18.7. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 18.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.8. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** mediante requerimento exposto nesse sentido.

18.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

18.11. A aplicação das sanções previstas no item 18.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.13. A aplicação das sanções estabelecidas neste Edital é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

## 19. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO

19.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do art. 164, caput, da Lei Federal 14.133/21.

19.2. A pretensão referida no subitem “19.1” será formalizada por meio de requerimento endereçado ao Setor de Compras e Licitações, (**PREGOEIRO(A)**), o qual deverá ser encaminhado através da plataforma eletrônica de pregão (vide item 1.7.5) tempestivamente.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 19.3. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
- 19.4. **O(A) PREGOEIRO(A)** responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/21, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos anexos deste Edital. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas pelo sistema, e vincularão os participantes e a Administração.
- 19.5. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do art. 164, caput, da Lei Federal 14.133/21.
- 19.6. As impugnações poderão ser endereçadas a Divisão de Suprimentos (**PREGOEIRO(A)**), o qual deverá ser encaminhado através da plataforma eletrônica de pregão tempestivamente.
- 19.6.1. No ato de apresentação da impugnação é obrigatório anexar na plataforma a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
  - do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante, juntamente com o documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 19.7. Caberá ao(a) **PREGOEIRO(A) e/ou AUTORIDADE SUPERIOR**, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos anexos deste Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, devendo a respectiva decisão ser divulgada no sistema e juntada aos autos do Pregão.
- 19.8. O acolhimento da impugnação, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do **PREGÃO**, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), redundará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a(s) alteração(ões) no Edital não afetar(em) a formulação das propostas.
- 19.9. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nas Disposições Preliminares deste Edital, no mesmo horário e local, **salvo quando houver designação expressa de outra data pelo (a) PREGOEIRO(A)**.
- 19.10. As impugnações e os esclarecimentos não serão conhecidos quando apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pelo proponente.
- 19.11. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 19.12. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e da Ata de Registro de Preços ou Contratos delas decorrentes.
- 20.2. **O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação será de no mínimo de 08 (oito) dias úteis, contado da data de publicação do aviso do Edital.**
- 20.2.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 20.3. Ao **PREGOEIRO(A)** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de **DILIGÊNCIA** destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 20.3.1. A diligência a que se refere o item anterior pode até mesmo implicar a apresentação de amostra, mesmo que não previsto anteriormente do objeto cotado, ou, a critério do(a) **PREGOEIRO(A)**, a verificação do objeto no local indicado pelo Município.
- 20.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar/anular a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- 20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 20.6. A(O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- 20.7. A(O) proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.
- 20.8. A adjudicação do(s) item(ns) ou lote(s) deste PREGÃO não implicará em direito à Ata de Registro de Preços/Contratação.
- 20.9. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(o)(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante da Ata de Registro de Preços/Contrato, independentemente de transcrição.
- 20.10. Os casos omissos neste Edital serão solucionados pelo(a) **PREGOEIRO(A)**, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.
- 20.11. As empresas licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.12. A empresa licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da empresa licitante sob pena das sanções cabíveis.
- 20.13. Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes às propostas e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil (Língua Portuguesa).
- 20.13.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentado em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a firma do emitente de tais documentos além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 20.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.
- 20.15. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 20.16. A participação nesta Licitação implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, que disciplina a presente Licitação e integrará o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 20.17. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente exclusivamente o Foro da Comarca de Cosmópolis.

## 21. DOS ANEXOS AO EDITAL

- 21.1. Segue anexos ao presente Edital como parte integrante, a saber:
- ETP – Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I);
  - Termo de Referência (ANEXO II);
  - Modelo de Proposta de Preços (ANEXO III);
  - Modelo de Declaração de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação (ANEXO IV);
  - Modelo de Declaração do art. 7º da C.F (ANEXO V);
  - Modelo de Termo de Opção enquadramento MEI, ME e EPP (ANEXO VI);
  - Modelo de Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 (ANEXO VII);
  - Declaração de Cumprimento dos Direitos Trabalhistas (ANEXO VIII)
  - Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos (ANEXO IX)
  - Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO X);
  - Termo de Ciência e Notificação ao Tribunal de Contas (ANEXO XI).

Cosmópolis/SP, 23 de junho de 2026.

**Antonio Claudio Felisbino Junior**  
**Prefeito Municipal**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Setor de Transportes e Ambulâncias e Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA)

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta a análise interna e implementação quando identificada a necessidade de novos processos, estruturas complementares e inclusive a edição de normas regulamentares visando à governança das contratações e ao cumprimento do estabelecido no Art 18 da Lei Federal nº 14.133/21 devendo tal medida estar alinhada à realidade fática do município.

1.2. Aquisição de marmitex e refrigerantes para atender os Setores de Transporte e Ambulâncias e Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental da Secretaria de Saúde de Cosmópolis.

1.3. A aquisição destes insumos se justifica face ao horário diferenciado que os servidores de tais setores fazem no decorrer do ano, fazendo com que tais agentes tenham seus horários de refeições reduzidos.

1.4. CONSIDERANDO que os funcionários da Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental participam de campanhas de multivacinação, mutirões ao combate à arboviroses aos finais de semana, dia em que a realização de campanhas é mais efetiva, uma vez que mais pessoas encontram-se em casa ou tem disponibilidade para ir à UBS mais próxima

1.5. CONSIDERANDO que o Setor de Transporte e Ambulâncias tem seu funcionamento em regime de 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, realizando plantões de Emergência, apoio em eventos em geral, bem como realiza transporte sanitário de pacientes, seus motoristas, por diversas vezes possui seu horário de refeição suprimido por atrasos na liberação de pacientes em clínicas e hospitais, necessitando de alimentação no local de trabalho para prosseguir com as demandas de serviço sem causar novos atrasos e prejuízos nos atendimentos aos municípios.

1.6. Desta forma, faz-se necessária à aquisição dos objetos para o fornecimento aos servidores em questão. Os descritivos e quantitativos foram estimados pelo fornecimento do último ano, realizado através de Ata de Registro de Preços.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE: Art 18, § 1º, I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

2.1 A aquisição de 5.300 refeições (marmitex) e 5.300 refrigerantes de 350ml a serem direcionadas aos Setores da Secretaria de Saúde para atendimento aos colaboradores plantonistas, às equipes realizadoras ou de apoio a eventos em geral, bem como motoristas do Serviço de Transporte Sanitário que por vezes, possui seu horário de refeição suprimido por atrasos na liberação de pacientes em clínicas e hospitais, necessitando de uma alimentação no local de trabalho para prosseguir com os serviços sem causar novos atrasos e prejuízos aos atendimentos municipais, sempre visando a melhor prestação de Serviços à população. O Setor de Transportes e Ambulâncias atende 24 horas todos os dias da semana.

2.2 Bem como aos agentes que participam de Campanhas de multivacinações ou mutirões realizados, normalmente aos sábados, com intervalo de apenas 15 minutos, da Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA).

#### 3. ALINHAMENTO COM PCA: Art 18, § 1º II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

3.1. Esta contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual deste ano e com a realização desta nova contratação, planejamos incluí-la no PCA do próximo ano.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º III – Requisitos da contratação

4.1. Consideramos mais viável para esta aquisição ser por Pregão Eletrônico, através de Ata de Registro de Preço, pois a entrega será de maneira parcial de acordo com a necessidade do setor. Porém cabe a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura em observância do princípio constitucional da Isonomia, selecionar o meio mais vantajoso de realizar este processo.

4.2. Justificamos a escolha do Sistema de Registro de Preços, pelos motivos abaixo expostos:

a) A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses;



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- b) É dispensável a dotação orçamentária para iniciar a licitação;
- c) Redução de volume de estoque, sendo solicitado somente o que o setor necessita para atender a demanda;
- d) Impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES: Art 18, § 1º IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

5.1. A estimativa de consumo será de: 5.300 (cinco mil e trezentos) marmitex tamanho MÉDIO e 5.300 (cinco mil e trezentos) refrigerantes de 350ml, estimado para 12 (doze) meses, sendo dividida da seguinte forma:

- 4.300 marmitex e 4.300 refrigerantes para o Setor de Transporte e Ambulâncias;
- 1.000 marmitex e 1.000 refrigerantes para a Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA).

5.2. Tais quantidades, cardápio e especificações, fundamentam-se nas necessidades dos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Cosmópolis, através dos fornecimentos e demandas dos últimos 12 meses.

Item	Qtde	Unidade	Descrição do objeto
1	5.300	Unidade	Marmitex tamanho MÉDIO acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 2 proteínas - 100g cada, sendo: Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas. Sendo: - 1.000 Sec. Saúde — Vig. Zoonoses - 4.300 Sec. Saúde — Transportes e Ambulâncias
2	5.300	Unidade	Bebida não alcoólica, tipo refrigerante de 350 ml. Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural. %Valores Diários com base em uma dieta de 2.000kcal ou 8.400kj ou equivalente. Sendo: - 1.000 Sec. Saúde — Vig. Zoonoses - 4.300 Sec. Saúde — Transportes e Ambulâncias

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO: Art 18, § 1º, V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

6.1. Foi realizado levantamento das soluções existentes no mercado privado, que pudessem atender aos requisitos estabelecidos por essa Secretaria.

6.2. A única solução existente no mercado, para tal item, é a aquisição através de compra, pois o município não possui outra forma para garantir a alimentação in loco dos plantonistas bem como outros colaboradores conforme mencionado acima, principalmente no período noturno.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

7.1. A metodologia utilizada para o cálculo do valor de referência foi a média do valor total dos produtos de acordo com a necessidade do setor solicitante, porém não foi localizado os itens no PNCP, o Edital que consta em anexo seria de refrigerantes, porém não nas especificações que necessitamos.

7.1. O custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

7.2. O valor estimado é referente a média dos preços, de acordo com o Decreto nº 6148 - 19/01/2024 - Realização de pesquisa de preços da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, “art. 6º, Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”

7.3. Em pesquisa no PNCP, não foi localizada contratação com as especificações do item 1, conforme anexo;

7.4. Referente ao item 2, foi localizado um Edital, porém após entrar no Processo Administrativo, o objeto que solicitamos possui 350 ml, no processo em anexo, os objetos são de 220 ml e 2 l, com isso, não foi localizado com as especificações que procuramos.

7.5. Todos estes documentos estão anexos ao presente processo.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: Art 18, § 1º VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso**

8.1. Objeto: Marmitex e refrigerantes: Visando fornecer alimentação para servidores que possuem horários diferenciados (plantonistas, motoristas externos, agentes participantes de mutirões e multivacinação), garantindo assim a ininterruptão do serviço de saúde do município.

8.1. É de responsabilidade da CONTRATADA entregar as marmitas solicitadas pelo setor de Transportes e Ambulâncias da Secretaria de Saúde, por pessoa previamente designada pela Coordenação, até às 11h para o horário de almoço e 18h30min para o horário do jantar todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, conforme quantidade informada no dia;

8.2. A empresa precisa manter um padrão de qualidade e nutrição adequada nos itens que constarão nas marmitex, contendo minimamente uma guarnição e uma proteína (conforme cardápio do dia), além do fornecimento do talher descartável.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO: Art 18, § 1º VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação**

9.1. Nos termos do Artigo 47, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitação atenderá ao princípio do parcelamento, considerando ser tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. Na aplicação deste princípio, 1º do mesmo Art. 47, estabelece que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custo, com divisão do objeto dos itens e o dever de buscar ampliação da competição e de evitar a contração do mercado.

## **10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS: Art 18, § 1º IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

10.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município.

10.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento igual perante a lei entre os licitantes, bem como a justa competição, e evitar contratação com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10.3. A contratação decorrente do presente processo administrativo exigirá da CONTRATADA o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO: Art 18, § 1º, X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**

11.1. Os dados de consumo são construídos utilizando o histórico de consumo citado e a resolutividade dos programas de alimentação de servidores que fazem horários diferenciados.

11.2. As entregas deverão ser diárias, conforme solicitação de um servidor apontado pela Secretaria Municipal de Saúde após a assinatura do contrato/Ata.

11.3. A Secretaria Municipal de Saúde indicará os servidores para atuarem como GESTOR e FISCAL.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES: Art 18, § 1, XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes**

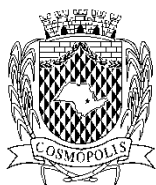
12.1. Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica interdependência destes com quaisquer outros, no sentido de condicioná-los a sua plena efetivação, ou seja, vindo a adquiri-los, estarão plenamente aptos a atender ao interesse público demonstrado neste ETP.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS: Art 18, § 1º, XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável**

13.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a CONTRATADA atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental pertinente a natureza do objeto de suma importância.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

14.1. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

## 15. AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.1. Ciente que o Gestor e Fiscal irão exercer atividades para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais, para assegurar a qualidade da execução do objeto contratado em respeito as cláusulas pactuadas e seus anexos durante toda a vigência, do contrato que deste já assinam o presente termo, a saber:

a) Fiscal: Sirlei Claudino de Oliveira Domingos, cargo: Agente Comunitário de Saúde (Efetiva), CPF 173.586.608-38;

b) Gestor: Edimar Lopes de Almeida, cargo: Secretário Municipal de Saúde, CPF: 140.269.548-97.

## 16. ANÁLISE DE RISCO

### 16.1. Riscos – Fase de Planejamento

<b>Risco 1:</b>	<b>Definir inadequadamente os requisitos da compra</b>	
<b>Probabilidade:</b>	Alto	<b>Dano Potencial</b>
		Não fornecimento dos itens aos servidores que realizam demandas em horários diferenciados
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Realizar um planejamento eficiente e quantificar adequadamente os itens para que não venha prejudicar o andamento dos setores citados acima.		Secretaria Municipal de Saúde
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Definir os requisitos necessários e suficientes, de forma que as quantidades sejam definidas corretamente.		Secretaria Municipal de Saúde

### 16.2. Riscos – Fase de Licitação

<b>Risco 2:</b>	<b>Durante a etapa do processo licitatório, considerando o número de processos em andamento, a presente licitação pode sofrer atraso, e isso pode impactar a logística de abastecimento.</b>	
<b>Probabilidade:</b>	Alto	<b>Dano Potencial</b>
		O não fornecimento dos itens aos servidores pode ocasionar interrupção de serviços essenciais e prejuízo para Secretaria de Saúde.
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Pactuar junto ao departamento de compras a prioridade para a licitação desses insumos.		Setor de Compras e Licitações
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Implantar uma equipe exclusiva para os Processos Licitatórios da Secretaria de saúde.		Setor de Compras e Licitações

### 16.3. Riscos – Gestão do Contrato

<b>Risco 3:</b>	<b>Fiscalização insuficiente ou inadequada</b>	
<b>Probabilidade:</b>	Alto	<b>Dano Potencial</b>
		A não execução ou execução parcial, comprometendo a efetivação da execução dos objetos contratados.
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Fiscalização do contrato e fiscalização da entrega. Fiscalizar o contrato e ser diligente quanto a notificar a CONTRATADA ou mesmo a administração para as soluções cabíveis.		Fiscal do Contrato/Ata
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Em caso de não atendimento da demanda, tendo a empresa reincidido quanto a má execução do serviço, notificar a administração para as soluções/sanções cabíveis.		Gestor do Contrato/Ata



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## 16.4. Avaliação Qualitativa dos Riscos

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MÉDIA	ALTA
0	0	3

**17. APROVAÇÃO E ASSINATURA:** A Comissão Técnica e Responsável pela elaboração deste ETP – Estudo Técnico Preliminar, foi constituída por:

17.1. Sirlei Claudino de Oliveira Domingos, Agente Comunitário de Saúde, FISCAL DO CONTRATO;

17.2. Edimar Lopes de Almeida, Secretário Municipal de Saúde, GESTOR DO CONTRATO.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## **ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026**

### **ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta a análise interna e implementação quando identificada a necessidade de novos processos, estruturas complementares e inclusive a edição de normas regulamentares visando à governança das contratações e ao cumprimento do estabelecido no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21 devendo tal medida estar alinhada à realidade fática do município.

1.2. A aquisição de marmitex e refrigerantes para Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, deverá estar sempre previsto no PAC – Plano Anual de Contratação tudo em conformidade com o art. 12, VII, bem como abrangendo a todas as contratações previstas, inclusive aquelas dos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.3. Portanto, objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, demonstrando através de documentos a real necessidade da contratação, com busca a propiciar a melhor viabilidade técnica para implementar, bem como instruir o arcabouço básico para depois elaborar o Termo de Referência.

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE: Art 18, § 1º, I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público**

2.1. A Guarda Municipal de Cosmópolis, atualmente, possui 115 (cento e quinze) GMS, responsáveis por desempenhar atividades relacionadas à segurança de bens, serviços e instalações no âmbito municipal. Para o regular desempenho destas atividades, faz-se necessário a aquisição da presente solicitação, a fim de fornecer alimentação em eventos, operações, e outras atividades desempenhadas pela secretaria.

#### **3. ALINHAMENTO COM PAC: Art 18, § 1º II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração**

3.1 A aquisição pretendida consta no Plano Anual de Contratação vigente (2026), da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, elaborado e publicados no PNCP e site: [www.cosmopolis.sp.gov.br](http://www.cosmopolis.sp.gov.br), em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

3.2 Desta forma, demonstrando o total alinhamento entre a aquisição e o planejamento com o amparo Legal.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Art 18, § 1º III – Requisitos da contratação**

4.1. A contratação deverá observar os requisitos mínimos de qualidade, segurança alimentar, regularidade sanitária e capacidade operacional necessários ao adequado fornecimento de refeições prontas (marmitex) e bebidas, visando atender às demandas da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito. A futura CONTRATADA deverá:

4.1.1. Possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado, comprovada por meio do CNPJ;

4.1.2. Apresentar Alvará de Funcionamento e Licença Sanitária vigente expedida pelo órgão competente;

4.1.3. Observar as normas sanitárias aplicáveis ao preparo, acondicionamento, transporte e fornecimento de alimentos;

4.1.4. Garantir que os alimentos sejam preparados em condições adequadas de higiene, conservação e manipulação, utilizando insumos dentro do prazo de validade e próprios para consumo humano;

4.1.5. Realizar o fornecimento das refeições e bebidas de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, mediante emissão de Autorização de Fornecimento;

4.1.6. Efetuar as entregas nos locais indicados pela Secretaria requisitante, dentro dos prazos estipulados, inclusive em finais de semana, feriados ou horários extraordinários, quando necessário ao atendimento das atividades operacionais;

4.1.7. Fornecer marmitex devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas, resistentes, descartáveis e adequadas ao transporte de alimentos quentes e/ou frios, garantindo a integridade e temperatura adequada até o momento da entrega; juntamente com talheres descartáveis;



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 4.1.8. Garantir que as bebidas sejam entregues lacradas, em embalagens originais do fabricante e em condições adequadas de consumo;
- 4.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, entrega, carga e descarga dos produtos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 4.1.10. Substituir imediatamente, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com as especificações, impróprios para consumo ou que apresentem qualquer irregularidade;
- 4.1.11. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES: Art 18, § 1º IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

5.1. As quantidades a serem adquiridas contempla necessidade da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa civil, levando-se em conta eventos, operações, e outras atividades atendidas e desempenhadas pela secretaria.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO: Art 18, § 1º, V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

6.1. Após análise das possíveis soluções disponíveis para atendimento da demanda apresentada, foram identificadas as seguintes alternativas:

a) **Adesão à Ata de Registro de Preços vigente** – Não foi localizada ata vigente capaz de atender satisfatoriamente às necessidades desta Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, especialmente quanto às especificações dos itens, quantitativos estimados, logística de fornecimento e atendimento imediato das demandas operacionais das Secretarias requisitantes.

b) **Realização de processo licitatório próprio, mediante Sistema de Registro de Preços** – Instauração de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de marmitex e bebidas, conforme demanda da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil.

6.2. Considerando as alternativas analisadas, verifica-se que a solução mais vantajosa e adequada para a Administração é a descrita no item “b”, consistente na realização de processo licitatório próprio por meio do Sistema de Registro de Preços.

6.3. A escolha da solução justifica-se pela inexistência de ata compatível apta a atender integralmente às necessidades do Município, bem como pela necessidade de garantir fornecimento contínuo, eficiente e compatível com as especificidades operacionais dos setores envolvidos, os quais atuam em regime de plantão, atendimento emergencial e ações externas.

6.4. O Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, pois possibilita maior flexibilidade nas contratações, permitindo que os fornecimentos ocorram conforme a demanda efetiva desta Secretaria, evitando desperdícios, contratações excessivas e desabastecimento.

6.5. Além disso, a realização de certame próprio amplia a competitividade entre fornecedores locais e regionais, favorecendo a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

7.1 O custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	MÉDIA
01	2.000 UNIDADES – Marmitex tamanho médio acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas – 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	R\$



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

	vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas.				
02	2.000 UNIDADES - Bebida não alcoólica, tipo refrigerante - 350ml	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	RS

7.2 As pesquisas de preços para os itens referidos acima foram realizadas de forma direta com empresas dos ramos de atuação, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: Art 18, § 1º VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

8.1. A Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil atualmente conta com efetivo de 115 (cento e quinze) responsáveis pelo desempenho de atividades relacionadas à segurança de bens, serviços e instalações públicas no âmbito municipal.

8.2. Para garantir a continuidade e a eficiência dessas atividades, faz-se necessária a presente contratação para fornecimento de alimentação destinada aos servidores que estiverem em serviço durante eventos, operações, ações especiais e demais atividades desempenhadas pela Secretaria, especialmente nos casos em que a jornada operacional impossibilite o deslocamento dos servidores para realização de suas refeições.

8.3. Diante disto, sugere-se que a presente contratação seja realizada via processo licitatório, na modalidade Ata de Registro de Preço, com base na Lei nº 14.133/2021.

## 9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

9.1. Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação será parcelada, considerando a natureza do objeto e a necessidade de fornecimento contínuo e sob demanda de marmítex e bebidas para atendimento das atividades da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito.

9.2. O parcelamento da execução mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os produtos serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria solicitante, em quantitativos variáveis, de acordo com escalas de serviço, operações especiais, plantões, eventos e demais ações desempenhadas pela Secretaria.

9.3. A adoção do fornecimento parcelado, por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilita maior eficiência administrativa, evitando aquisições desnecessárias, desperdícios e problemas relacionados à perecibilidade dos alimentos, além de proporcionar melhor controle do consumo e da execução contratual.

9.4. Ressalta-se que o parcelamento não compromete a economia de escala, tampouco prejudica a padronização ou a qualidade do objeto contratado, sendo medida adequada para assegurar economicidade, competitividade e atendimento contínuo das demandas administrativas.

9.5. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento da contratação, em atendimento ao interesse público e aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS: Art 18, § 1º IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

10.1. A Guarda Municipal de Cosmópolis atualmente conta com efetivo de 115 (cento e quinze) Guardas Municipais, responsáveis pelo desempenho de atividades relacionadas à segurança de bens, serviços e instalações públicas no âmbito municipal.

10.2. Para garantir a continuidade e a eficiência dessas atividades, faz-se necessária a presente contratação para fornecimento de alimentação destinada aos Guardas Municipais que estiverem em serviço durante eventos, operações, ações especiais e demais atividades desempenhadas pela Secretaria, especialmente nos casos em que a jornada operacional impossibilite o deslocamento dos servidores para realização de suas refeições.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO: Art 18, § 1º, X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

11.1. Previamente à formalização da Ata de Registro de Preços, será adotada as medidas necessárias para garantir a adequada execução contratual, observando os princípios da eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Será realizada a designação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da contratação, os quais acompanharão a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos fornecidos, os prazos de entrega e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e instrumento contratual.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES: Art 18, § 1, XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes

12.1. Não se aplica neste caso.

## 13. IMPACTOS AMBIENTAIS: Art 18, § 1º, XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

13.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a CONTRATADA atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental pertinente a natureza do objeto de suma importância.

## 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO: Art 18, § 1º XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

14.1. Com base na análise das necessidades apresentadas pela Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, conclui-se que a contratação é tecnicamente e economicamente viável, considerando que o fornecimento de marmitex e bebidas atende demandas operacionais contínuas e eventuais, especialmente em situações de plantões, operações externas, ações de fiscalização, atendimentos emergenciais e atividades administrativas fora da sede.

14.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada ao objeto, pois permite maior flexibilidade no atendimento das demandas, que são variáveis ao longo do exercício, evitando aquisição excessiva ou insuficiente, além de possibilitar contratações conforme necessidade real da Administração.

14.3. Do ponto de vista operacional, a execução contratual é simples e usual no mercado, sem complexidade técnica relevante, sendo plenamente exequível no contexto da Administração Pública.

14.4. Sob a perspectiva econômica, a contratação tende a proporcionar melhor gestão de recursos públicos, uma vez que o pagamento ocorrerá apenas pelos quantitativos efetivamente demandados.

14.5. Diante disso, conclui-se pela viabilidade da contratação por meio de Ata de Registro de Preços, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 15. AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.1. Lilian Alves Sant Anna, Guarda Municipal e Secretária de Segurança Pública;

15.2. Sr. Irineu Alves Barbosa Guarda Municipal;

15.3. Sr. Raimundo Osmar de Oliveira Costa Guarda Municipal.

## 16. ANÁLISE DE RISCO

16.1. Riscos – Fase de Planejamento

<b>Risco 1:</b>	Aquisição de material de má qualidade.	
<b>Probabilidade:</b>	<b>ALTA</b>	<b>Dano Potencial</b>
		Insegurança e desconforto na utilização do equipamento; Reclamação dos usuários;
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
Elaboração criteriosa do Termo de Referência com especificação detalhada do material a ser adquirido, baseada em ampla pesquisa de mercado;	<b>CONFORME ITEM 14 – AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</b>	
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
Acompanhamento objetivo da entrega do material pela fiscalização de forma a perceber a adequação ou não do material recebido, bem como as quantidades corretas. Aquisição de material original da marca do fabricante do equipamento.	<b>CONFORME ITEM 14 – AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</b>	

15.2. Riscos – Fase de Licitação

<b>Risco 2:</b>	Fracasso do certame	
<b>Probabilidade:</b>	<b>ALTA</b>	<b>Dano Potencial</b>
		Desabastecimento
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

Ampla divulgação	Setor de Compras e Licitações
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Revisão da pesquisa de preços, adequações e especificações	Setor de Compras e Licitações

## 15.3. Riscos – Gestão do Contrato

<b>Risco 3:</b>	Cumprimento quanto aos prazos e qualidade do material.	
<b>Probabilidade:</b>	<b>ALTA</b>	<b>Dano Potencial</b>
		Prejuízo ao Erário Público
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
Fiscalização do contrato	<b>CONFORME ITEM 14 – AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</b>	
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
Fiscalização durante todo o exercício e prazo de validade do item	<b>CONFORME ITEM 14 – AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</b>	

## 15.4. Avaliação Qualitativa dos Riscos

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MÉDIA	ALTA
		3



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

#### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta a análise interna e implementação quando identificada a necessidade de novos processos, estruturas complementares e inclusive a edição de normas regulamentares visando à governança das contratações e ao cumprimento do estabelecido no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21.

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar para a contratação de empresa para o fornecimento de marmitas deverá estar sempre prevista no PAC – Plano Anual de Contratação tudo em conformidade com o art. 12, VII, bem como abrangendo a todas as contratações previstas, inclusive aquelas dos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

Portanto, objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, demonstrando através de documentos a real necessidade da contratação, com busca a propiciar a melhor viabilidade técnica para implementar, bem como instruir o arcabouço básico para depois elaborar o Termo de Referência.

#### DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

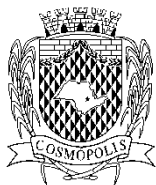
A demanda surge da necessidade de fornecer alimentação adequada à população em situação de rua atendida pelo CREAS. A oferta de marmitas é essencial para garantir o bem-estar, a saúde e a dignidade dos beneficiários, em consonância com a política de assistência social.

#### ALINHAMENTO COM PCA

A aquisição pretendida consta no Plano de Contratação Anual (PCA) vigente, elaborado e publicado no PNCP e no site oficial do município ([www.cosmopolis.sp.gov.br](http://www.cosmopolis.sp.gov.br)), em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A empresa deverá garantir um padrão de qualidade e nutrição adequado nas marmitas de tamanho MÉDIO, que serão acondicionadas em embalagens apropriadas. Cada marmita deve conter, no mínimo, os seguintes itens:
  - 300 g de arroz;
  - 150 g de feijão;
  - 2 porções de proteína, com 100 g cada (carne bovina, frango ou suína, sem osso);
  - 150 g de legumes cozidos ou refogados como guarnição;
  - Salada, em embalagens separadas, com as seguintes quantidades: Folhosas: 50 g por pessoa ou outros vegetais: 80 g por pessoa;
  - Talheres descartáveis.
- Quantidade: 1.200 marmitas tamanho MÉDIO.
- Embalagem: Marmitas individuais, em embalagem apropriada para acondicionamento e transporte de alimentos quentes.
- Entrega: As marmitas deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, no endereço do CREAS: Rua Vitor Leflock, 71, Rosamélia – Telefone (19) 3812-5442.
- Quantidade e horário: A quantidade necessária e o horário de entrega serão definidos em conjunto com a coordenadora do CREAS, considerando a logística de solicitação e distribuição das marmitas.
- Exceções: O fornecedor deverá garantir atendimento quando houver demanda fora do horário de expediente, bem como em finais de semana e feriados, assegurando a continuidade do serviço e a segurança alimentar da população em situação de rua.
- Higiene e Segurança: As marmitas devem ser preparadas em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar.
- Qualidade: As refeições devem ser de boa qualidade e preparadas com ingredientes frescos e seguros para consumo.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa de consumo é de 1.200 marmitas tamanho MÉDIO para atender a referida população pelo período de 1 (um) ano.

## LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado demonstra que há fornecedores locais e regionais aptos a atender a demanda de 1.200 marmitas em 12 meses, com preços competitivos e dentro da média estimada.

A contratação via Ata de Registro de Preços é viável e garante flexibilidade, economicidade e segurança alimentar para a população em situação de rua atendida pelo CREAS.

Ressalta-se que, além das cotações realizadas junto a fornecedores locais e regionais, também foi consultado o valor disponível no PNCP (Plano Nacional de Contratações Públicas).

Contudo, não foi localizado contrato com as especificações informadas, reforçando a necessidade da presente contratação e a aderência às práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/21.

## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

Item	Quantidade	Descrição	Cotação fornecedor 1	Cotação fornecedor 2	Cotação fornecedor 3	Valor médio
1	1.200 UN	Marmita Tamanho MÉDIO	R\$	R\$	R\$	R\$

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa para fornecimento de refeições (marmitas) destinadas a atender pessoas em situação de rua que se encontram em extrema vulnerabilidade e risco social, conforme preconizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. As marmitas serão destinadas às pessoas em situação de rua atendidas pelo CREAS.

## JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada, com entregas diárias conforme a solicitação do CREAS, atendendo à demanda específica de cada dia.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de 1.200 marmitas visa garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, conforme artigo 151 da Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, que dispõe sobre diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua.

Busca-se assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo dignidade e inclusão social.

## PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplicam providências prévias específicas além das já cumpridas, como levantamento de mercado, consulta ao PNCP, vinculação ao Plano Anual de Contratações (PAC) e elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

## CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES:

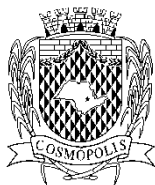
Não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas a este processo. A presente contratação é autônoma e atende exclusivamente à demanda de fornecimento de marmitas para a população em situação de rua atendida pelo CREAS.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a CONTRATADA atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental pertinente a natureza do objeto de suma importância.

## VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é tecnicamente e economicamente viável, pois há fornecedores locais e regionais com preços compatíveis. A utilização da Ata de Registro de Preços garante economicidade, flexibilidade e continuidade do



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

fornecimento, em conformidade com o PAC e a Lei nº 14.133/21, assegurando segurança alimentar e dignidade à população em situação de rua atendida pelo CREAS.

Ressalta-se que, além das cotações realizadas junto a fornecedores locais e regionais, também foi consultado o PNCP (Plano Nacional de Contratações Públicas); contudo, não foi localizado contrato com as especificações informadas, reforçando a necessidade da presente contratação.

## ANÁLISE DE RISCO

Risco Identificado	Probabilidade	Nível de Risco	Medidas de Mitigação/Controle
1. Atraso na entrega das marmitas	Média	Alto	Estabelecer horário fixo de entrega no contrato; aplicar penalidades por descumprimento; monitoramento diário pela coordenadora do CREAS
2. Marmitas fora das especificações nutricionais	Média	Médio	Fiscalização diária da composição das marmitas; checklist de conformidade; rejeição de itens fora do padrão
3. Reclamações da população atendida	Baixa	Baixo	Canal de feedback com CREAS; substituição imediata em caso de falhas; acompanhamento da aceitação das refeições

A contratação apresenta **risco moderado**, com pontos críticos relacionados à entrega pontual e à segurança alimentar. A gestão de riscos deve ser acompanhada durante toda a execução contratual, conforme o art. 169 da Lei 14.133/2021.

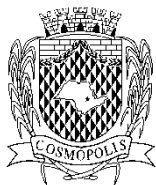
## AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Francisca de Assis da Silva Oliveira – Secretária de Promoção Social;
- Ana Paula Marques Alvarenga – Coordenadora do CREAS.

## APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Comissão Técnica e Responsável pela elaboração deste ETP – Estudo Técnico Preliminar foi constituída por:

- Francisca de Assis da Silva Oliveira – Secretária de Promoção Social, CPF: 296.596.088-02 – GESTORA;
- Ana Paula Marques Alvarenga – Assistente Social, CPF: 043.280.036-07 – FISCAL.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Setor de Transportes e Ambulâncias e Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA)

#### 1. OBJETO

2.1. Aquisição de marmitex e refrigerantes para atender os Setores de Transporte e Ambulâncias e a Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA), da Secretaria de Saúde de Cosmópolis.

2.2. A aquisição destes insumos se justifica face ao horário diferenciado que os servidores de tais setores fazem no decorrer do ano, fazendo com que tais agentes tenham seus horários de refeições reduzidos.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. CONSIDERANDO que os funcionários da Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA) participam de campanhas de multivacinação, mutirões ao combate às arboviroses aos finais de semana, dia em que a realização de campanhas é mais efetiva, uma vez que mais pessoas encontram-se em casa ou tem disponibilidade para ir à UBS mais próxima

2.2. CONSIDERANDO que o Setor de Transporte e Ambulâncias desempenha suas atividades em regime ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, realizando plantões de emergência, apoio em eventos diversos e transporte sanitário de pacientes, verifica-se que os motoristas frequentemente têm seu horário regular de refeição comprometido em razão de atrasos na liberação de pacientes em clínicas e hospitais.

2.3. Dessa forma, faz-se necessária a disponibilização de alimentação no local de trabalho, a fim de assegurar a continuidade dos serviços prestados, evitar prejuízos aos atendimentos realizados à população e garantir maior eficiência e celeridade nas demandas operacionais do setor.

#### 3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

##### 3.1. DO QUANTITATIVO:

Item	Qtde	Unidade	Descrição do objeto
1	5.300	Unidade	Marmitex tamanho médio acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas — 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas. Sendo: - 1.000 - Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA) - 4.300 - Setor de Transporte e Ambulâncias
2	5.300	Unidade	Bebida não alcoólica, tipo refrigerante - 350ml. Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural. %Valores Diários com base em uma dieta de 2.000kcal ou 8.400kj ou equivalente. Sendo: - 1.000 - Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental (UVZA) - 4.300 - Transportes e Ambulâncias

#### 4. EXIGÊNCIAS

4.1. É de responsabilidade da CONTRATADA entregar as marmitas solicitadas pela Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental e Setor de Transporte e Ambulâncias.

4.2. A empresa precisa manter um padrão de qualidade e nutrição adequada nos itens que constarão nas marmitex, contendo minimamente uma guarnição e uma proteína (conforme cardápio do dia), além do fornecimento do talher descartável.

4.3. A empresa precisa manter um padrão de qualidade e nutrição adequada nos itens que constarão nas marmitex, Marmitex Média Contendo, (300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas – 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas, além do fornecimento do talher descartável).



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

4.4. As principais características dos produtos são: as marmitex deverão ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

4.4.1. Possuir tampas que vedam bem, evitando vazamentos e garantindo que os alimentos permaneçam frescos. Materiais que não reagem com os alimentos, garantindo que não haja contaminação.

4.4.2. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com este Termo de Referência.

4.5. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de ATESTADO(S) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já executou, satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independente de quantitativo.

4.6. O transporte e o descarregamento do objeto correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

4.7. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.8. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Habilitação para este processo, Certificação Sanitária emitida por órgão ou entidade responsável pelo Alvará Sanitário (Vigilância Sanitária) ou Serviço de Inspeção Sanitária Municipal.

## 5. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. Consideramos mais viável para esta aquisição ser por pregão eletrônico, considerando o menor valor por item, através de Ata de Registro de Preço, pois a entrega será de maneira parcial de acordo com a necessidade do setor. Porém cabe a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura em observância do princípio constitucional da Isonomia, selecionar o meio mais vantajoso de realizar este processo.

5.2. Justificamos a escolha do Sistema de Registro de Preços, pelos motivos abaixo expostos:

- a) A vigência da ATA de Registro de Preços é de 12 (doze) meses;
- b) É dispensável a dotação orçamentária para iniciar a licitação;
- c) Impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido mensalmente.

## 6. PRAZO DE ENTREGA

6.1. A entrega dos itens deverá ocorrer de forma imediata, conforme a demanda da Unidade solicitante e em observância ao cronograma previamente estabelecido pela Secretaria de Saúde, contado a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

## 7. FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

7.1. Setor de Transporte e Ambulâncias: diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados no setor em questão, sendo solicitado pelo setor na data de fornecimento até as 11h - para horário de almoço e 17h - para horário de jantar.

7.2. Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental: Informado na data de fornecimento, até as 11h - para horário de almoço.

7.3. O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Secretaria Municipal de Saúde, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.

## 8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega dos produtos deverá ser realizada nos seguintes endereços:

8.1.1. Setor de Transporte e Ambulâncias - Endereço: Av. Ester, nº 1.367 - Jd. de Fáveri, Cosmópolis/São Paulo - CEP: 13157-070 - Telefone: (19) 3882.2477;

8.1.2. Unidade de Vigilância em Zoonoses e Ambiental - Endereço: Rua Coronel Silva Telles, 15 Bela Vista IV (VIVEIRO), Cosmópolis/São Paulo - CEP: 13152-172- Telefone: (19) 3812.3160.

## 9. GARANTIA / VALIDADE

9.1. A CONTRATADA ficará responsável pela troca imediata dos objetos quando estiverem fora das especificações ou apresentarem defeitos nas embalagens.

9.2. O transporte e o descarregamento do objeto correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

9.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

## 10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega efetiva dos produtos, sendo que a mesma deverá ser sempre acompanhada da respectiva Nota Fiscal, e com o aceite do Setor Competente deste município de Cosmópolis, através de seu titular.

10.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

10.3. No documento Fiscal/Fatura deverá constar o número do Processo administrativo ,número do contrato e indicação do recurso, sob pena da devolução do documento e objeto, que será encaminhado ao Departamento Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

10.4. A CONTRATADA deverá fazer para constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

10.5. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

10.6. Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

10.7. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

10.8. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

10.9. Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação vigente.

10.10. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.

10.11. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

10.12. O CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

10.13. A Fiscalização da CONTRATANTE somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

10.14. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Departamento Financeiro, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## 11. RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Elemento, relativo ao exercício de 2026, a saber:

- Os valores estimados para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

## 12. VINCULAÇÃO DE INSTRUMENTO

12.1. Ata Registro de Preços, conforme arts. 82 a 87 da NLLC 14.133/21;

12.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 ano (um) e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Como está descrito no Art. 84 da nova lei 14.133.

## 13. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS

13.1. O custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente, referente a média dos preços, de acordo com o Decreto nº 6148 - 19/01/2024 - Realização de pesquisa de preços da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, "art. 6º, Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

13.2. A pesquisa de preços para os itens referidos acima foi realizada de forma direta com empresas dos ramos de



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

atuação, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21.

13.3. A metodologia utilizada para o cálculo do valor de referência foi a média de cada orçamento recebido via e-mail e pesquisa realizada no PNPC (Portal Nacional de Contratações Públicas) conforme planilha com as empresas ANEXO II.

13.4. No entendimento este foi o método que melhor representa a realidade do mercado.

13.5. Para obtenção das cotações, foi utilizado as solicitações de orçamentos via e-mail para as empresas, conforme pesquisa na internet direto nos sites dos fornecedores.

13.6. Os valores recebidos e considerados foram:

13.7. **Proposta enviada e recebida por e-mail** - Empresa: Ariel Mathias Menino - CNPJ: 34.779.209/0001-17.

13.8. **Proposta enviada e recebida por e-mail** - Empresa: SM Santon Risonho ME - CNPJ: 03.493.222/0001-81.

13.9. **Proposta enviada e recebida por e-mail** - Empresa: Cassia Aparecida Lauer ME - CNPJ: 36.490.358/0001-97.

13.10. **Pesquisa no PNCP** – Não localizado o objeto 1, e o objeto 2 foi localizado apenas com as especificações diferentes (precisamos de 350 ml e no Edital tem apenas com 220 ml e 2l), pesquisas anexas ao Processo Administrativo.

## 14. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA PESQUISA DE PREÇOS

14.1. Informo que as pesquisas de preço anexadas aos autos e os valores descritos na tabela de especificações de insumos (ANEXO II) e formação dos valores de referência, são verídicas e estão de acordo com a realidade do mercado.

14.2. Declaro ainda que os cálculos dos valores estão corretos e de acordo com as metodologias recomendadas. Foi analisado criteriosamente os preços cotados a partir de ampla pesquisa de mercado.

14.3. No total foram enviados 3 (três) solicitações de orçamentos, todos os e-mails estão anexos.

14.4. 3 (três) empresas manifestaram interesse em enviar as suas cotações, considerando os 3 (três) orçamentos, utilizados na nossa média de referência.

## 15. JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

15.1. O presente certame optou-se pelo orçamento sigiloso a fim de promover a competitividade da licitação, evitando que as propostas sejam influenciadas pelo valor estimado pela Administração.

15.2. A não divulgação do orçamento incentiva os licitantes a realizarem uma análise mais precisa de seus custos, contribuindo para uma seleção mais eficaz e econômica da CONTRATADA.

15.3. É fato que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

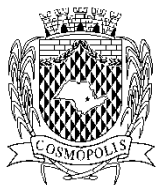
15.4. À vista do exposto, o orçamento será revelado apenas após o término da licitação, assegurando a transparência do processo.

## 16. GESTOR / FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Ciente que o GESTOR e FISCAL irão exercer atividades para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais para assegurar a qualidade da execução do objeto contratado em respeito às cláusulas pactuadas e seus anexos durante toda vigência, que desde já assinam o presente termo, a saber:

a) Fiscal do Contrato: Sirlei Claudino de Oliveira Domingos, cargo: Agente Comunitário de Saúde (Efetiva) CPF 173.586.608-38;

b) Gestor do Contrato: Edimar Lopes de Almeida, cargo: Secretário Municipal CPF: 140.269.548-97.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

#### 1. OBJETO

1.1. Aquisição de marmitex e refrigerantes para Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Guarda Municipal de Cosmópolis atualmente conta com efetivo de 115 (cento e quinze) Guardas Municipais, responsáveis pelo desempenho de atividades relacionadas à segurança de bens, serviços e instalações públicas no âmbito municipal.

2.2. Para garantir a continuidade e a eficiência dessas atividades, faz-se necessária a presente contratação para fornecimento de alimentação destinada aos Guardas Municipais que estiverem em serviço durante eventos, operações, ações especiais e demais atividades desempenhadas pela Secretaria, especialmente nos casos em que a jornada operacional impossibilite o deslocamento dos servidores para realização de suas refeições.

#### 3. CONCEITO

3.1. Marmitex e refrigerantes para Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil.

#### 4. DESCRIÇÃO DO PRODUTO A SER CONTRATADO

4.1 Marmitex tamanho médio acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas – 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas.

4.2 Bebida não alcoólica, tipo refrigerante - 350ml. Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural. \* %Valores Diários com base em uma dieta de 2.000kcal ou 8.400kj ou equivalente.

#### 5. DO QUANTITATIVO

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Mediano
01	2.000	Unidade	Marmitex tamanho médio acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas – 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas.	R\$
02	2.000	Unidade	Bebida não alcoólica, tipo refrigerante - 350ml. Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural. * %Valores Diários com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kj ou equivalente.	R\$

- Os valores estimados para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

#### 6. DAS ESPECIFICAÇÕES

6.1 A contratação deverá observar os requisitos mínimos de qualidade, segurança alimentar, regularidade sanitária e capacidade operacional necessários ao adequado fornecimento de refeições prontas (marmitex) e bebidas, visando



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

atender às demandas da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito. A futura CONTRATADA deverá:

- 6.1.1 Possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado, comprovada por meio do CNPJ;
- 6.1.2 Apresentar Alvará de Funcionamento e Licença Sanitária vigente expedida pelo órgão competente;
- 6.1.3 Observar as normas sanitárias aplicáveis ao preparo, acondicionamento, transporte e fornecimento de alimentos;
- 6.1.4 Garantir que os alimentos sejam preparados em condições adequadas de higiene, conservação e manipulação, utilizando insumos dentro do prazo de validade e próprios para consumo humano;
- 6.1.5 Realizar o fornecimento das refeições e bebidas de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, mediante emissão de Autorização de Fornecimento;
- 6.1.6 Efetuar as entregas nos locais indicados pela Secretaria requisitante, dentro dos prazos estipulados, inclusive em finais de semana, feriados ou horários extraordinários, quando necessário ao atendimento das atividades operacionais;
- 6.1.7 Fornecer marmitex devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas, resistentes, descartáveis e adequadas ao transporte de alimentos quentes e/ou frios, garantindo a integridade e temperatura adequada até o momento da entrega; juntamente com talheres descartáveis;
- 6.1.8 Garantir que as bebidas sejam entregues lacradas, em embalagens originais do fabricante e em condições adequadas de consumo;
- 6.1.9 Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, entrega, carga e descarga dos produtos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 6.1.10 Substituir imediatamente, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com as especificações, impróprios para consumo ou que apresentem qualquer irregularidade;
- 6.1.11 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

## 7. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS

- 7.1. A pesquisa de preços para os itens referidos acima foi realizada de forma direta com empresas do ramo de atuação, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21.
- 7.2 Pesquisa no PNCP – Conforme pesquisas anexas, não localizado os objetos 1 e 2 com as especificações, peculiaridades locais e execução do objeto, em consonância com a proposta editalícia.

## 8 ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 8.1. Empresa – KARINA BANIN, CNPJ 49.468.462/0001-27, Valor R\$;
  - 8.2. Empresa – SILVIA H. DOS S. CAMARGO, CNPJ 42.034.059/0001-40 Valor R\$;
  - 8.3. Empresa – MARIANA BANIN, CNPJ 52.463.875/0001-23, Valor R\$.
- Os valores estimados para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

## 9. FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 9.1 Imediata, após a emissão da autorização de compra, conforme necessidade.
- 9.2. Todos os dias da semana com horário compreendido das 08:00 às 22:00 horas.
- 9.3. Os funcionários responsáveis pela entrega do produto deverão estar devidamente uniformizados e identificados.
- 9.4. Para garantir a integridade dos produtos, será exigido que a acomodação da carga respeite as indicações de empilhamento máximo, bem como, o cuidado com produtos/embalagens frágeis.

## 10. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 10.1. Secretaria de Segurança Pública e Trânsito - Rua dos Expedicionários, nº 1475, Bairro Bela Vista, Cosmópolis/SP CEP: 13.150-314 – Telefone: (19) 3872.6882 – e-mail: [sspt@cosmopolis.sp.gov.br](mailto:sspt@cosmopolis.sp.gov.br).

## 11. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1. De acordo com o cronograma físico financeiro.
- 11.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do objeto e entrega, conforme cláusula décima terceira e o atestado de recebimento e aprovação do objeto pelo fiscal e gestor do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 11.4. No documento fiscal/fatura deverá constar o número do empenho, número do Processo Licitatório e número do contrato, sob pena da devolução do documento e objeto, que será encaminhado ao Departamento Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.
- 11.5. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 11.6. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 11.7. Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.
- 11.8. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.
- 11.9. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 11.10. Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação vigente.
- 11.11. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.
- 11.12. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- 11.13. A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 11.14. A Fiscalização da CONTRATANTE somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- 11.15. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Departamento Financeiro, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## 12. RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. A despesa decorrente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Elemento, relativo ao exercício de 2026, a saber:
- 12.1.1. Fonte: Própria.

## 13. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 13.1. Anexados orçamentos para aquisição de marmitex e refrigerantes para Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, o custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

## 14. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS

- 14.1. A pesquisa de preços para os itens referidos acima foi realizada de forma direta com empresas do ramo de atuação, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21.
- 14.2. Pesquisa no PNCP – Conforme pesquisas anexas, não localizado os objetos 1 e 2 com as especificações, peculiaridades locais e execução do objeto, em consonância com a proposta editalícia.

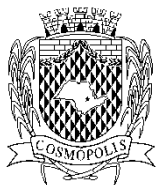
## 15. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. 12 meses.

## 16. GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

- 16.1. Ciente que o GESTOR e FISCAL irão exercer atividades para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais para assegurar a qualidade da execução do objeto contratado em respeito às cláusulas pactuadas e seus anexos durante toda vigência, que desde já assinam o presente termo, a saber:

A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Daniele Aparecida de Paula Costa, Cargo: Guarda Municipal, CPF: 374.333.038-55 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pelos: Sr. Irineu Alves Barbosa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 077.266.598-23 e pelo Sr. Raimundo Osmar de Oliveira Costa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 625.964.624-00.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de 1.200 marmitas tamanho médio, destinadas à população em situação de rua atendida pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, pelo período de 12 meses, por meio de Ata de Registro de Preços.

As marmitas deverão atender aos requisitos nutricionais e sanitários estabelecidos, com entrega diária no CREAS, em horário definido, garantindo segurança alimentar, dignidade e bem-estar aos beneficiários.

#### JUSTIFICATIVA

A contratação é necessária para garantir a oferta de alimentação adequada à população em situação de rua atendida pelo CREAS, assegurando dignidade, saúde e bem-estar. Trata-se de serviço essencial, alinhado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e à Resolução nº 40/2020, que estabelece o direito humano à alimentação adequada.

#### DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO (DO QUANTITATIVO)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Médio
01	1.200	Unidade	Marmitta tamanho médio, contendo: (300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas 100 g cada, sendo - carne bovina, frango, ou suína, sem osso; 150 g de legumes cozidos ou refogados como guarnição; salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas, além do fornecimento do talher descartável).	R\$

- Os valores estimados para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente.

#### EXIGÊNCIAS:

- A empresa deverá garantir um padrão de qualidade e nutrição adequado nas marmitas de tamanho médio, que serão acondicionadas em embalagens apropriadas. Cada marmitta deve conter, no mínimo, os seguintes itens:
  - 300 g de arroz
  - 150 g de feijão
  - 2 porções de proteína, com 100 g cada (carne bovina, frango ou suína, sem osso)
  - 150 g de legumes cozidos ou refogados como guarnição
  - Salada, em embalagens separadas, com as seguintes quantidades:
    - Folhosas: 50 g por pessoa ou outros vegetais: 80 g por pessoa
    - Talheres descartáveis
- Quantidade: 1.200 marmitas tamanho médio
- Embalagem: Marmitas individuais, em embalagem apropriada para acondicionamento e transporte de alimentos quentes.
- Entrega: As marmitas deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, no endereço do CREAS: Rua Vitor Leflock, 71, Rosamélia – Telefone (19) 3812-5442.
- Quantidade e horário: A quantidade necessária e o horário de entrega serão definidos em conjunto com a coordenadora do CREAS, Sra. Ana Paula, considerando a logística de solicitação e distribuição das marmitas.
- Exceções: O fornecedor deverá garantir atendimento quando houver demanda fora do horário de expediente, bem como em finais de semana e feriados, assegurando a continuidade do serviço e a segurança alimentar da população em situação de rua.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- Higiene e Segurança: As marmitas devem ser preparadas em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar.
- Qualidade: As refeições devem ser de boa qualidade e preparadas com ingredientes frescos e seguros para consumo.

## **PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

O prazo de execução da contratação será de 12 meses, conforme previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) e em conformidade com a Lei nº 14.133/21.

A entrega das marmitas deverá ocorrer diariamente, em horário previamente definido pelo CREAS, garantindo regularidade, continuidade e atendimento adequado à população em situação de rua.

## **FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

A entrega das marmitas deverá ser realizada diariamente, em horário previamente definido pelo CREAS, garantindo regularidade e continuidade do atendimento.

As refeições deverão ser preparadas com ingredientes frescos e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, sendo acondicionadas em embalagens adequadas para transporte e consumo imediato.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica do CREAS, assegurando qualidade, pontualidade e aderência às especificações estabelecidas.

## **LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

As marmitas deverão ser entregues no CREAS (Rua Vitor Leflock, 71, Rosamélia), em quantidade e horário definidos em conjunto com a coordenadora, considerando a logística de solicitação e distribuição. O fornecedor deverá garantir atendimento regular de segunda a sexta-feira, bem como em situações excepcionais fora do expediente, finais de semana e feriados, assegurando a continuidade do serviço e a segurança alimentar da população em situação de rua, sob fiscalização da equipe técnica do CREAS.

## **GARANTIA/VALIDADE**

A CONTRATADA deverá assegurar a qualidade das refeições fornecidas durante todo o período de vigência contratual, garantindo que os alimentos sejam preparados com ingredientes frescos, seguros e em conformidade com as normas sanitárias.

A validade da contratação será de 12 meses, conforme previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

• O pagamento será efetuado dentro de 30 (trinta) dias a partir da data da entrega efetiva dos alimentos, sendo que a mesma deverá ser sempre acompanhada da respectiva Nota Fiscal, e com o aceite do Setor Competente deste município de Cosmópolis, através de seu titular.

• A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o e-mail [psocial.compras@gmail.com](mailto:psocial.compras@gmail.com).

• A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

• No documento fiscal/fatura deverá constar o Número do Processo Administrativo, Número do Contrato, Indicação do Recurso e Origem do Recurso, sob pena da devolução do documento e objeto, após a devida conferência realizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, este documento fiscal será encaminhado posteriormente ao Departamento Responsável, que procederá o pagamento.

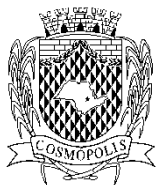
• A CONTRATADA deverá fazer para constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

• Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

• Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

• Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

• Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação vigente.
- O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- O CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- A Fiscalização da CONTRATANTE somente atestará a entrega dos itens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Departamento Financeiro, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Elemento, relativo ao exercício de 2026, a saber:

- O valor do pedido deverá ser debitado da conta Banco do Brasil, agência 2012-5, conta corrente 31151-0.

## VINCULAÇÃO DE INSTRUMENTO

O instrumento escolhido para viabilizar a aquisição é a Ata de Registro de Preços, por garantir economicidade, flexibilidade e continuidade no fornecimento das marmitas, atendendo às necessidades do CREAS. Ressalta-se que, embora tenha sido realizada consulta ao PNCP, não foi localizado contrato com as especificações informadas, reforçando a pertinência da presente contratação.

## ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores locais e regionais resultou na seguinte estimativa:

Item	Quant.	Descrição	Cotação fornecedor 1	Cotação fornecedor 2	Cotação fornecedor 3	Valor médio
1	1.200 UN	MARMITA TAMANHO MÉDIO	R\$	R\$	R\$	R\$

O custo estimado para esta aquisição: valores detalhados encontram-se anexos ao processo, sendo este considerado sigiloso nos termos da legislação pertinente. O valor médio estimado por unidade (sigiloso), compatível com os preços praticados no mercado e com as cotações levantadas junto a fornecedores locais e regionais. Ressalta-se que também foi realizada consulta ao PNCP (Plano Nacional de Contratações Públicas); contudo, não foi localizado contrato com as especificações informadas, reforçando a necessidade da presente contratação e a transparência do processo.

## JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada junto a fornecedores locais e regionais, com o objetivo de assegurar a economicidade e a compatibilidade dos valores praticados no mercado. Essa etapa é essencial para garantir transparência, planejamento adequado e aderência às normas da Lei nº 14.133/21.

Além das cotações obtidas diretamente com fornecedores, também foi consultado o PNCP (Plano Nacional de Contratações Públicas); contudo, não foi localizado contrato com as especificações informadas, reforçando a necessidade da presente contratação e a pertinência dos valores estimados com base no levantamento de mercado.

## JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

O presente certame optou-se pelo orçamento sigiloso a fim de promover a competitividade da licitação, evitando que as propostas sejam influenciadas pelo valor estimado pela Administração.

A não divulgação do orçamento incentiva os licitantes a realizarem uma análise mais precisa de seus custos, contribuindo para uma seleção mais eficaz e econômica da CONTRATADA.

Diante do exposto, o orçamento poderá ser revelado apenas após o término da licitação, assegurando a transparência do processo e futura publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

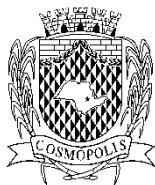
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## **GESTOR/FISCAL DO CONTRATO**

Ciente que o Gestor e Fiscal irão exercer atividades para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais para assegurar a qualidade da execução do objeto contratado em respeito às cláusulas pactuadas e seus anexos durante toda vigência, que desde já assinam o presente termo, a saber:

A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Francisca de Assis da Silva Oliveira, Cargo: Secretária de Promoção Social e Ação Comunitária, CPF: 296.596.088-02 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pela Sra. Ana Paula Marques Alvarenga, Cargo: Assistente Social, CPF: 043.280.036-07.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_  
CNPJ nº \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, objetivando o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária.**

ITEM	UNIDADE	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Unidade	8.500	<b>Marmitex tamanho médio</b> acondicionada em embalagem apropriada, devendo conter no mínimo: 300 g de arroz; 150 g de feijão; 02 proteínas – 100g cada, sendo - Carne de gado, frango, ou suíno, sem osso; Legumes cozidos ou refogados como guarnição de no mínimo 150 g; Salada (se folhosa, 50 g por pessoa, ou outros vegetais, 80 g por pessoa), em embalagens separadas. <b>Sendo:</b> - 5.300 – Secretaria de Saúde (1.000 UVZA e 4.300 Setor de Transporte e Ambulâncias); - 2.000 – Secretaria de Segurança Pública e Trânsito; - 1.200 – Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária.		
02	Unidade	7.300	<b>Bebida não alcoólica, tipo refrigerante – 350 ml.</b> Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural. %Valores Diários com base em uma dieta de 2.000kcal ou 8.400kj ou equivalente. <b>Sendo:</b> - 5.300 – Secretaria de Saúde (1.000 UVZA e 4.300 Setor de Transporte e Ambulâncias); - 2.000 – Secretaria de Segurança Pública e Trânsito.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$ 0,00 (reais).

Prazo de validade da proposta:

Prazo de pagamento:

Prazo de entrega da aquisição/prestação de serviço do objeto:

Prazo de garantia do objeto:



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

**Declarações:** Declaramos que nos preços propostos estão inclusos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e entre outros conforme Sumula 10 do TCE

Declaramos que os itens ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência (ANEXO II) deste Edital.

**Praça de pagamento:** Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_, município: \_\_\_\_\_.

**Nome do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:** \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Data Nascimento \_\_\_\_\_, Nacionalidade: \_\_\_\_\_, Estado Civil: \_\_\_\_\_, Endereço Eletrônico Pessoal: \_\_\_\_\_, Endereço Eletrônico Institucional: \_\_\_\_\_, Cargo/Função: \_\_\_\_\_, Telefone Pessoal: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, Endereço residencial: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente (PROPOSTA READEQUADA, após a fase de lances).**

**OBS: No portal deverá somente preencher valores sem dados da empresa para não se identificar, sujeito a desclassificação.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins que, nos termos do [inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21](#), cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO ELETRÔNICO** supracitado, **de acordo com a necessidade da Prefeitura durante toda a vigência Contratual**, conforme descrição constante dos Anexos do Edital.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO V – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins, em atenção ao inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO VI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), com CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ é:

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, nos termos do enquadramento previsto nos § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos DECLARO conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório deste **Pregão Eletrônico**, realizado pela Prefeitura do Município de Cosmópolis.

**DECLARO**, ainda, que atendo plenamente aos requisitos previstos nos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO VII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso **IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21**, que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO VIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO IX – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, como também, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Local/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

**OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.**



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## ANEXO X – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

O **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, com Paço na Rua Dr. Campos Sales, nº398, Centro – Cosmópolis/SP, inscrita no CNPJ/MF nº. 44.730.331/0001-52 neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, sito a Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ e telefone: (..) \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(ua) Procurador(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_ - Bairro: \_\_\_\_\_, CEP.: \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, doravante denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para celebrar o presente instrumento, resultado do certame na Modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 022/2026**, do tipo “**MENOR PREÇO GLOBAL**” - “**MODO ABERTO**”, com vínculos nos termos dos arts 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 6.145, de 19 de Janeiro de 2024, devidamente HOMOLOGADA pelo Exmo. Prefeito Municipal, observadas as condições do Edital e mediante as cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária**, tudo em conformidade as exigências constantes no Edital e seus anexos, fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.3. O valor total estimado da presente aquisição durante a vigência desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ 0,00 (real)**, conforme quantidades e especificações abaixo mencionados:

LOTE 1 - MARMITEX E BEBIDAS					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ .....(.....)					

2.4. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

2.5. O valor supracitado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

3.1. Não será exigida a prestação de garantia, para assinatura do presente instrumento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura da ata, e poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do [art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/21](#).

4.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

4.2.1. No ato de prorrogação da vigência da presente Ata de Registro de Preços poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original.

4.2.2. Na prorrogação da presente Ata de Registro de Preços a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação exigidos no Edital que precedeu este ajuste (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, como também, Qualificação Econômico-Financeira).

## CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados inicialmente poderão ser reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste, respeitando a contagem da anualidade, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA publicado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.4. O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

5.5. Considera-se data-base do orçamento estimado, para efeito de reajuste, a data da planilha de cotação de preços para compras/contratações, ou caso, do último orçamento coletado.

**5.6. Nesta Licitação, a data-base vinculada a do orçamento estimado (Coleta de Preços):**

**5.6.1. 12 de março de 2026 – Cotação de Preços nº 000052/2026 – Secretaria de Saúde;**

**5.6.2. 10 de março de 2026 – Cotação de Preços nº 000087/2026- Secretaria de Segurança Pública e Trânsito;**

**5.6.3. 12 março de 2026 – Cotação de Preços nº 000055/2026- Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária.**

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. São obrigações da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante o ÓRGÃO GERENCIADOR pela fiel e integral entrega do objeto;

b) Garantir total qualidade do objeto;

c) Executar com perfeição todos os objetos da presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e os anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento da presente avença, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência do objeto prestado;

e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto;

f) Quando exigido enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto;

g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar o ÓRGÃO GERENCIADOR a ocorrência de tais fatos;

h) Responder por todos os encargos diretos e indiretos e as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação do objeto;

i) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da legislação vigente;

j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, o ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

k) Manter, durante o prazo de execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto da Ata de Registro de Preços, a terceiros, sob pena de rescisão.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento da presente ATA, comunicando à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do objeto a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) **A GESTÃO e a FISCALIZAÇÃO da Ata de Registro de Preços serão exercidas por:**

d.1) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** – Setor de Transportes e Ambulâncias e Unidade de Vigilância Zoonoses Ambiental: A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pelo Sr. Edimar Lopes de Almeida, Cargo: Supervisor de Combates as Endemias, CPF nº: 140.269.548-97 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pela Sra. Sirlei Claudino de Oliveira Domingos, Cargo: Agente Comunitário de Saúde, CPF nº: 173.586.606-38.

d.2) **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO**: A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Daniele Aparecida de Paula Costa, Cargo: Guarda Municipal, CPF: 374.333.038-55 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pelos: Sr. Irineu Alves Barbosa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 077.266.598-23 e pelo Sr. Raimundo Osmar de Oliveira Costa, Cargo: Guarda Municipal- Efetivo, CPF: 625.964.624-00.

d.3) **SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA**: A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela Sra. Francisca de Assis da Silva Oliveira, Cargo: Secretária de Promoção Social e Ação Comunitária, CPF: 296.596.088-02 e a FISCALIZAÇÃO será exercida pela Sra. Ana Paula Marques Alvarenga, Cargo: Assistente Social, CPF: 043.280.036-07.

- e) Para acompanhamento da execução, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e efetivando avaliação periódica do produto e dos valores praticados;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- g) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- h) Aplicar as penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em caso de descumprimento pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- i) Exigir da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas no certame;
- j) Atestar mensalmente a execução e ou pela demanda da aquisição e a qualidade do objeto prestado, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

7.2. A fiscalização pelo ÓRGÃO GERENCIADOR não exime, nem diminui a completa responsabilidade da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas desta ata.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria da prestação do objeto e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas nesta Ata de Registro de Preços no Edital e seus anexos.

## CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. A execução do objeto será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

8.2. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser atestada pelo responsável pela Fiscalização e Gestor, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Decima Primeira.

8.3. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição do objeto prestado no mês, emitido pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e ou mediante a demanda das aquisições, sendo



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

tal relatório submetido à fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR, que, após conferência, atestará se o objeto foi prestado a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de Fatura ou Nota Fiscal, para fins de pagamento.

8.4. Havendo inexecução, o valor respectivo será descontado da importância mensal/pedido devida à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.5. O recebimento e aceite do objeto pelo ÓRGÃO GERENCIADOR não exclui a responsabilidade civil da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS por vícios de quantidade ou qualidade do objeto, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital que precedeu o presente ajuste, verificadas posteriormente.

## CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.1. O(s) item(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a presente Ata de Registro de Preços pactuada, podendo, o ÓRGÃO GERENCIADOR, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

9.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo previsto do Termo de Referência.

9.4. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pelo sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista nesta cláusula.

9.5. O uso pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará o ÓRGÃO GERENCIADOR das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

9.6. A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusados o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

9.7. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar o ÓRGÃO GERENCIADOR, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta de que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

9.8. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e dar outras providências para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora e gestora do Município.

9.9. O recebimento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS

10.1. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Gestor e Fiscal convocar a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para estabelecer o novo valor a menor daquele registrado.

10.1.1 A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, será facultado a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que não puder cumprir as obrigações contidas na presente Ata de Registro de Preços, requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR, antes do pedido de fornecimento, o cancelamento do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente impossibilite o cumprimento do compromisso.

10.2.1. Para fins do disposto na presente Cláusula, deverá a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

10.2.2. Na hipótese de o pedido de cancelamento do presente ocorrer após a emissão do pedido de fornecimento, responderá a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATADA pelo cumprimento da parcela solicitada.

10.2.3. Caso não demonstrada prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ficará obrigado a cumprir as obrigações pelo valor registrado na presente Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento e do Edital e anexos que precedeu este ajuste.

10.2.4. Enquanto as solicitações de revisão do preço registrado estiverem sob a análise do ÓRGÃO GERENCIADOR, a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento referente à(s) Ordem(ns) de Fornecimento emitida(s) antes da data do protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

10.2.4.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 01 (hum) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COMPATIBILIDADE DE HABILITAÇÃO

11.1. Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é obrigada a apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista com conforme prevista no Edital que precedeu este ajuste, para comprovar sua regularidade durante a execução deste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2024, a saber:

### 12.1.1. Saúde Epidemiológica:

011004.1030500072.082.02.3030012.3.3.90.00.00-1246  
011004.1030500072.082.05.3030005.3.3.90.30.00.00-1273  
011004.1030500072.082.05.3030003.3.3.90.30.00.00-734

### 12.1.2. Saúde Vigilância Sanitária:

011004.1030500072.081.02.3030006.3.3.90.30.00.00-1274  
011004.1030500072.081.05.3030006.3.3.90.30.00.00-1247  
011004.1030500072.081.05.3030006.3.3.90.30.00.00-1275

### 12.1.3. Secretaria de Segurança Pública:

010801.0618100042.055.3.3.90.30.01.110.0000-170

### 12.1.4. Secretaria de Promoção social:

011102.0824400082.034.3.3.90.30.05.5000025-982

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do objeto e entrega, conforme Clausula Oitava supracitada e o atestado de recebimento e aprovação do objeto pelo Fiscal, Gestor e Secretário(a) da Pasta.

13.1.1. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

13.1.2. No documento Fiscal/Fatura deverá constar o número do Processo Administrativo, número do Pregão e número da Ata de Registro de Preços/Contrato, sob pena da devolução do documento e objeto, que será encaminhado à Secretaria Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

13.1.3. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

13.1.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- 13.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS das responsabilidades, nem implicarão na aceitação do objeto.
- 13.3. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.
- 13.4. Nenhum pagamento será efetuado A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 13.5. Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação pertinente vigente.
- 13.6. Correrão por conta da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da do objeto.
- 13.7. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 13.8. O ÓRGÃO GERENCIADOR pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 13.9. A Fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, todas as condições pactuadas.
- 13.10. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA, esta terá direito à correção monetária *pro-rata die*, pelo índice IPCA (IBGE), entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA em até 10 (dez) dias corridos do efetivo pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E EXTINÇÃO

- 14.1. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está obrigada a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na presente ata.
- 14.2. A contratação com a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será formalizada pela Divisão de Suprimentos a Secretaria requisitante por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, de autorização de compra, de ordem de serviço ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21, nos moldes previstos no Edital.
- 14.3. O instrumento contratual observará, no que couber, o disposto no artigo 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.3.1. O contrato advindo da presente ata se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, devendo ser observado o item 14.5.2.
- 14.3.2. O contrato advindo da presente ata poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.4. A extinção mencionada no item 14.3.2 poderá ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá se dar em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.
- 14.5. O contrato advindo da presente ata poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 ambos da Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.5.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item 14.3.1 decorrer de culpa do contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 14.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. A DETENTORA DA ATA terá seu registro cancelado quando:
- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Não retirar ou deixar injustificadamente a respectiva nota de empenho, Ata de Registro de Preços, instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;
- f) Ocorrer à dissolução da sociedade;
- g) Ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de Registro de Preços;
- h) Sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR, paralisar o fornecimento;
- i) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

15.2. A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

15.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que devidamente comprovados e justificados:

- I. Razões de interesse público;
- II. Cancelamento de todos os preços registrados; ou
- III. Caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

15.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito o ÓRGÃO GERENCIADOR.

15.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

15.6. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, após formalizado por decisão do Prefeito Municipal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESERVA DE CARGOS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ**

16.1. É de obrigação da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

17.1. A **CONTRATANTE** se obriga, nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/21, a realizar a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), visto tratar-se de condição indispensável para a eficácia do presente e se seus aditamentos, que deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

17.1.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

17.2. A publicação do extrato deste instrumento, no Semanário Eletrônico do Município dentro do prazo legal correrão por conta da **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** que:

- I. Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços ou Contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços ou Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

18.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NAS ALÍNEAS “B” E “C” DO ITEM 18.2 OBSERVARÁ OS SEGUINTE PARÂMETROS:

18.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

18.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido da Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA;

18.3.4. 0,1% (um décimo por cento) do valor da Ata de Registro de Preços/CONTRATADA por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.4. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

18.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 18.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.7. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.8. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

18.9. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

18.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. A aplicação das sanções estabelecidas é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846/13 e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto nº 3.678/00;
- b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto nº 4.410/02;
- c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto nº 5.687/06.

19.2. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/13;

19.3. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/13;

19.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos no art. 5º Lei Federal nº 12.846/13.

19.5. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto Federal nº 11.129/22, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos art. 18 e 19 da Lei Federal nº 12.846/13.

19.6. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

19.7. Para a execução desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

20.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços ou Contratos Advindos desta, serão dirigidos ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

20.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste instrumento em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

20.4. Fica a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ciente de que a assinatura desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

20.5. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá comunicar o ÓRGÃO GERENCIADOR toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência da Ata



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

21.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Edital e anexos;
- b) Proposta de Preço;
- c) Termo de Ciência e Notificação

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Para quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente instrumento, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Cosmópolis SP, para dirimir as questões da interpretação deste ajuste, e renunciam a outros por mais privilegiados que sejam.

22.2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Cosmópolis/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Sr.(a)  
Razão Social:

\_\_\_\_\_  
Sr.(a)  
Gestor(a) da Ata de Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
Sr.(a)  
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.382/3.134/3.413/2026

### ANEXO XI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Órgão Gerenciador/ CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS**

Detentora da Ata de Registro de Preços/Contratado:

Ata de Registro de Preços: .../2026

Pregão Eletrônico nº 022/2026

Processo Administrativo Nº 2.382/3.134/3.413/2026

**Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e bebidas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, de Segurança Pública e Trânsito, e de Promoção Social e Ação Comunitária.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE/Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

#### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

##### Pelo CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



# Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone PABX: (19) 3812.8000

**Pelo CONTRATANTE: (Gestor(a) da Ata de Registro de Preços)**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Pelo CONTRATANTE: (Fiscal da Ata de Registro de Preços)**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cosmópolis/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo: Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Cosmópolis

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Prefeitura Municipal de Cosmópolis – Gestor(a) da Ata de Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Prefeitura Municipal de Cosmópolis – Fiscal da Ata de Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Empresa: